



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
8ª Câmara Cível

Gabinete Desembargador Ricardo Paes Barreto

082

Reexame necessário e apelação cível nº 65853-9 - Comarca do Recife
Remetente: Juízo de Direito da 3ª Vara da Fazenda Pública.
Apelante: DETRAN - Departamento Estadual de Trânsito de Pernambuco.
Apelado: Fernando Cerqueira Norberto dos Santos.

5526

EMENTA: CONSTITUCIONAL E TRIBUTÁRIO. AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. MATÉRIA ESPECÍFICA DE TRÂNSITO TRATADA EM LEI ESTADUAL. INVASÃO DE COMPETÊNCIA. LEI COMPLEMENTAR FEDERAL AINDA NÃO EDITADA. AUTO DE INFRAÇÃO. NULIDADE. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS INDEVIDOS. REEXAME NECESSÁRIO PARCIALMENTE PROVIDO. APELO PREJUDICADO. DECISÃO UNÂNIME. 1. O poder constitucional de legislar sobre a matéria em referência, encontra-se inserta no âmbito da competência legislativa privativa da União, assim como é a competência para dispor sobre a obrigatoriedade do uso de segurança. 2. Resta evidente que ato normativo oriundo de ente federativo distinto da União, que verse sobre trânsito e transporte, aparenta padecer do vício de inconstitucionalidade formal. 3. Precedentes do STF e STJ. 4. Flagrante inconstitucionalidade da legislação que fundou auto de infração hostilizado. 5. Necessidade de dupla notificação do apelado para legitimar a imposição de penalidade de trânsito, nos termos dos arts. 280, VI, e 281, *caput*, do CTB, o que não ocorreu no caso concreto. 6. Honorários advocatícios indevidos na espécie. 7. Reexame de ofício parcialmente provido, prejudicado o apelo. 8. Decisão unânime.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de reexame necessário e apelação cível nº 65853-9, acima referenciados, julgados em sessão realizada em 28/01/2010, ACÓRDÃO os Desembargadores integrantes da 8ª Câmara Cível deste Tribunal de Justiça, à unanimidade, em dar provimento parcial ao recurso necessário, prejudicado o apelo, nos termos da ementa supra, dos votos e da resenha em anexo, que fazem parte integrante deste julgado.

P.R.I.

Recife, 1º de fevereiro de 2010

Des. Ricardo Paes Barreto
Des. Ricardo Paes Barreto - Presidente e relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
8ª Câmara Cível

Sabinio Procurador Ricardo Paes Barreto

083 111 C

Reexame necessário e apelação cível nº 65853-9 - Comarca do Recife

Remetente: Juízo de Direito da 3ª Vara da Fazenda Pública.

Apelante: Departamento Estadual de Trânsito de Pernambuco - DETRAN-PE.

Apelado: Fernando Cerqueira Norberto dos Santos.

RELATÓRIO

Cuida-se de reexame necessário e apelação diante de sentença concessiva da segurança originária que, após declarar incidentalmente a inconstitucionalidade da Lei Estadual nº 11.224/95, declarou a nulidade do auto de infração questionado, condenando a autarquia apelante a pagar custas processuais e honorários advocatícios, estes arbitrados em 20% (vinte por cento) do valor da causa.

Em suas razões recursais, de fls. 59/63, o apelante alega que o julgado recorrido constituiria decisão *extra petita* na parte em que declara a inconstitucionalidade da referida lei estadual, violando os princípios do devido processo legal, da ampla defesa e do contraditório, e, ainda, que inexistia direito líquido e certo a ser amparado no caso concreto, além de ser indevida a condenação em honorários advocatícios imposta na sentença fustigada, prequestionando dispositivos de lei e, ao final, pugnando pelo provimento do apelo para que seja denegada a segurança requerida.

Sem contrariedade, a douta Procuradoria de Justiça, às fls. 75/78, opinou pela reforma parcial da sentença, por entender descabida a condenação da Fazenda Pública no pagamento de honorários advocatícios no caso concreto.

Autos conclusos após terminativa reformada em juízo de retratação nos autos do recurso de agravo apensado.

É o relatório.

Inclua-se o feito em pauta para oportuno julgamento.

Intimações necessárias.

Recife, 19 de janeiro de 2010

Des. Ricardo Paes Barreto
Relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
8ª Câmara Cível

Gabinete Desembargador Ricardo Pires Barreto

118
R
084

Reexame necessário e apelação cível nº 65853-9 - Comarca do Recife
Remetente: Juízo de Direito da 3ª Vara da Fazenda Pública.
Apelante: Departamento Estadual de Trânsito de Pernambuco - DETRAN-PE.
Apelado: Fernando Cerqueira Norberto dos Santos.

VOTO

Na terminativa do recurso de agravo apensado, decisão transitada em julgado, ficou claro que a citada declaração de inconstitucionalidade embora aparentemente difusa, na verdade teve indevida eficácia concentrada, pois não se trata de lei de efeitos concretos aos direitos subjetivos do apelado, mas de todos os cidadãos usuários de veículos no Estado.

Isso porque o poder constitucional de legislar sobre a matéria em referência, como bem salientou o juízo de origem, encontra-se inserta no âmbito da competência legislativa privativa da União, a teor do disposto no art. 22, XI, da CF.

No exercício dessa competência, a União editou, em 23/09/1997, o Código de Trânsito Brasileiro (Lei nº 9.503/97), no bojo do qual incluiu, dentre outras imposições dirigidas aos condutores de veículos automotores, a obrigatoriedade do uso do cinto de segurança, considerando de natureza grave a infração decorrente da inobservância dessa norma e impondo penalidade e medida administrativa restritiva de direito nos termos dos arts. 65 e 167 do referido diploma legal.

Com efeito, resta evidente que ato normativo oriundo de ente federativo distinto da União, que verse sobre trânsito e transporte, aparenta padecer do vício de inconstitucionalidade formal (vício de iniciativa), posto tratar-se, como dito, de competência legislativa privativa desse ente, ressalvada a hipótese de lei complementar específica da União autorizar os Estados e o DF a legislar sobre trânsito e transporte, dentre outras matérias elencadas no art. 22 da CF, a teor do disposto no parágrafo único desse dispositivo.

Sobre a inconstitucionalidade de lei oriunda de ente federativo distinto da União dispondo sobre a obrigatoriedade daquele equipamento, eis o entendimento do STF expresso nos arestos abaixo ementados:

Recurso extraordinário. - A competência para legislar sobre trânsito é exclusiva da União, conforme jurisprudência reiterada desta Corte (ADI 1.032, ADIMC 1.704, ADI 532, ADI 2.101 e ADI 2.064), assim como é a competência para dispor sobre a obrigatoriedade do uso de cinto de segurança (ADIMC 874). - Ora, em se tratando de competência privativa da União, e competência essa que não pode ser exercida pelos Estados se não houver lei complementar - que não existe - que o autorize a legislar sobre questões específicas dessa matéria (artigo 22 da Constituição), não há como pretender-se que a competência suplementar dos Municípios prevista no inciso II do artigo 30, com base na expressão vaga aí constante "no que couber", se possa exercitar para a

B

suplementação dessa legislação da competência privativa da União. - Ademais, legislação municipal, como ocorre, no caso, que obriga o uso de cinto de segurança e proíbe transporte de menores de 10 anos no banco dianteiro dos veículos com o estabelecimento de multa em favor do município, não só não diz respeito, obviamente, a assunto de interesse local para pretender-se que se enquadre na competência legislativa municipal prevista no inciso I do artigo 30 da Carta Magna, nem se pode apoiar, como decidido na ADIMEC 874, na competência comum contemplada no inciso XII do artigo 23 da Constituição, não estando ainda prevista na competência concorrente dos Estados (artigo 24 da Carta Magna), para se sustentar que, nesse caso, caberia a competência suplementar dos Municípios. Recurso extraordinário não conhecido, declarando-se a inconstitucionalidade da Lei 11.659, de 4 de novembro de 1994, do Município de São Paulo (RE 227384/SP, Pleno, rel. Min. Moreira Alves, julgado em 17/06/2002).

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. MATÉRIA ESPECÍFICA DE TRÂNSITO TRATADA EM LEI ESTADUAL. INVASÃO DE COMPETÊNCIA. LEI COMPLEMENTAR FEDERAL AINDA NÃO EDITADA (CF, ARTIGO 22, PARÁGRAFO ÚNICO). 1. A Lei nº 2.012/99, do Estado de Mato Grosso do Sul, ao tornar obrigatória a notificação pessoal dos motoristas em casos de utilização de celular com o veículo em movimento e da não-utilização do cinto de segurança, cuida de matéria específica de trânsito, invadindo competência exclusiva da União (CF, artigo 22, XI). Precedentes: ADI nº 1.592-DF, MOREIRA ALVES (DJ de 17.04.98 E OUTROS). 2. Enquanto não editada a lei complementar prevista no parágrafo único do artigo 22 da Carta Federal, não pode o Estado legislar sobre trânsito. Precedentes: ADIs nºs 1.991/DF, MAURÍCIO CORRÊA (DJ de 25.06.99); 1.704, MARCO AURÉLIO (DJ de 06.02.98) e 474, OCTAVIO GALLOTTI (DJ de 03.05.91). Ação julgada procedente para declarar a inconstitucionalidade da Lei nº 2.012, de 19.10.99, do Estado de Mato Grosso do Sul (ADI 2101/MS, Pleno, rel. Min. Moreira Alves, julgado em 18/04/2001).

Flagrante, portanto, a inconstitucionalidade da legislação que fundou auto de infração hostilizado, de modo a fulminar de exigibilidade a multa imposta ao apelado, fazendo ver, entretanto, ser desnecessária a formação do incidente de inconstitucionalidade, diante dos precedentes do STF no mesmo sentido adiante ementados.

Também por outro fundamento merece ser anulada a imputação questionado no caso concreto.

É que como se observa das fls. 18, o Órgão de Trânsito estadual não procedeu com a necessária dupla notificação do apelado, ou seja, uma da infração, nos termos do art. 280, VI, do CTB, e outra, posterior, do julgamento e decorrente imputação, conforme exige o art. 281, caput, do CTB, na linha da jurisprudência pacificada no STJ, confira-se aresto em parte adiante ementado:

Pacificado por esta Corte o entendimento segundo o qual há necessidade de dupla notificação do infrator para legitimar a imposição de penalidade de trânsito: a primeira por ocasião da lavratura do auto de infração (CTB, art. 280, VI), e a segunda quando do julgamento da regularidade do auto de infração e da imposição da penalidade (CTB, art. 281, caput). Incidência da Súmula 312/STJ (REsp 757421, T1, rel. Min. Teori Albino Zavascki, DJ de 04/02/2009).

A sentença merece reforma apenas no tocante aos honorários advocatícios fixados, realmente indevidos, sob pena de violar o contido nas Súmulas nº 105 do STJ e nº 512 do STF.

086 / 120
R

Diante de todo o exposto, dou provimento parcial ao reexame necessário apenas para excluir do julgado a condenação em honorários advocatícios, mantido, no mais, seus demais termos.

É como voto.

Recife, 23 de janeiro de 2010

Des. Ricardo Paes Barreto

Relator